

A CONSTRUÇÃO DA HOSPITALIDADE TURÍSTICA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE NITERÓI – RJ

HOSPITALITY THE DIFFERENTIAL COMPETITIVE
AND CORPORATE SERVICE PROVIDERS

José Mauro dos Santos Farias¹

Célio Mauro Viana²

Marcello de Barros Thomé Machado³

RESUMO: Desde a sua fundação (1573), a cidade de Niterói ficou relegada ao segundo plano pela corte imperial, com a visita de Dom João VI a Banda do Além, a cidade teve que preparar-se para a visita do Rei. O processo histórico apresentado neste artigo, desdobra-se com as similaridades da ocupação da cidade do Rio de Janeiro. Sendo o Rio de Janeiro ícone do turismo brasileiro, a cidade de Niterói pode retomar a particularidade de ser um destino relevante de destaque para o turismo no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. A cidade retoma seus espaços não como signos vazios, apenas relatados na historiografia, mas como algo vivo, sempre em uso, lugares de confluências das memórias passadas e, sobretudo, das prospecções futuras. Nestes 290

1 Mestre em Ciência Ambiental, Licenciado em Geografia, Pós Graduação em Educação para a Gestão Ambiental, Ensino e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade e Desenvolvimento Local para o Turismo. Professor Tutor no Curso de Turismo pela UFRRJ no CEDERJ - Pólo São Gonçalo. josemaurofarias@ig.com.br

2 Graduado e Mestre em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Microbiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Mestrado em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, Brasil. celiomauro@vm.uff.br

3 Bacharelado, Licenciatura, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Mestrado em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense – UFF. marcello@turismo.uff.br

anos, da visita de Dom João VI a cidade de Niterói (1819) até os dias de 2009, a verdadeira vocação da cidade parece estar cada vez mais sinalizada: O Turismo.

PALAVRAS-CHAVES: Hospitalidade. Turismo em Niterói. Historicidade do Turismo.

ABSTRACT: Since its foundation (1573), the city of Niterói has been relegated to the background by the imperial court, with the visit of Dom's Band In addition, the city had to prepare for the visit of the King presented the historical process this article, unfolds with the similarities of occupation of the city of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro and the Brazilian tourism icon, the city of Niteroi can resume the feature of being an important destination for tourism especially in Brazil and the State of Rio de Janeiro. The city takes its spaces do not like empty signs, only reported in historiography, but as a living thing, always in use, places of confluence of past memories and, above all, the future prospects. In these 290 years, the visit of Dom the city of Niterói (1819) to the days of 2009, the true vocation of the city seems to be more marked: Tourism.

KEYWORDS: Hospitality. Tourism in Niteroi. Historicity of Tourism.

INTRODUÇÃO

Similar a cidade do Rio de Janeiro, a cidade de Niterói teve ocupação dos franceses, aldeamentos dos índios pelas reduções jesuíticas, exploração na produção do pau-brasil e cana-de-açúcar pela sede da Colônia gerando sesmaria, Vila e cidade. Neste difícil começo de Colonização, a *Banda d'Além* como era chamada a cidade de Niterói, por duas vezes socorreria o Rio de Janeiro: a primeira em 1710, quando Duclerc ataca a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo rechaçado pelos canhões da Fortaleza de Santa Cruz. Duclerc desembarcou em Sepetiba e pôs-se a caminho da cidade do Rio de Janeiro atravessando os morros. Ele e seus homens chegaram na cidade exauridos pela difícil travessia e foram facilmente derrotados pelas forças da capital. Um ano depois, os franceses enviam outra expedição, comandada por Duguay-Trouin. Desta feita, entraram na baía, dominaram e saquearam a cidade do Rio de Janeiro. Para se verem livres dos franceses foi acertado um resgate totalizando 610.000 cruzados, 200 bois e 100 caixas de açúcar. Os cariocas pagam os cruzados exigidos, mas os bois e o açúcar foram fornecidos pela população da *Banda d'Além* (Niterói), Wehrs (1984).

Por ocasião do falecimento de D^a. Maria I (1816), El-Rei, Dom João VI, é convidado para passar uns dias na Banda d’Além. Aqui, é presenteado com um palacete próximo ao cais de São Domingos, na esquina da rua da Praia com a rua do Ingá; atuais Visconde do Rio Branco e José Bonifácio. São programadas missas, louvores e festas, e, comovido, El-Rei concede ao povo o “Beija-mão” e o Alvará da criação da Vila Real da Praia Grande. O Beija-mão era uma tradição vinda dos tempos medievais, onde era permitido à boa sociedade apresentar-se ao rei e beijar-lhe a mão. Tal cerimônia era considerada uma honra para quem era convidado a participar dela.

Seguindo esta idéia do parágrafo acima, Soares e Eigenheer (2006), apresentam um trecho da visita de Dom João VI a Niterói, onde a população da Vila Real da Praia Grande, através de edital da Câmara de Vereadores, em 18 de agosto de 1819 é convocada a receber o Rei.

Reunida sob a presidência do juiz de fora José Clemente Pereira, presentes os vereadores João de Moura Brito, Quintiliano Ribeiro de Magalhães e Pedro Henrique da Cunha, a Câmara manda limpa o Largo de São Domingos e todas as ruas e caminhos da vila para a próxima visita do rei dom João VI, a 22 de setembro, a primeira que em caráter oficial faria ao novo município; decidiu-se que no ato de sua chegada se lhe faça um recebimento de homenagem e vassalagem o mais sublime que for possível; que fosse conduzido debaixo de pátio pelo presidente, vereadores e mais quatro pessoas convidadas dentre as de maior representação da vila, sendo escolhidos à pluralidade de votos para esse fim o coronel Luis de França Machado da Fonseca, comandante do 7º Regimento de Milícias de Icarai e São Gonçalo; o brigadeiro chefe de divisão Rodrigo Antônio de Lamare; o tenente coronel Amador de Lemos Drummond de Menezes e o capitão de cavalaria Antônio de Sampaio e Almeida Mariz, cabendo ao procurador Francisco Faria Homem conduzir o estandarte da Câmara; que se armasse a capela de São Domingos, para nela se cantar um solene *Te-Deum* em ação de graças, com musicas instrumental, à custa das rendas da Câmara; que se preparasse algum fogo de ar (foguetes), sendo a necessária despesa repartida igualmente entre o juiz presidente e demais camaristas, e finalmente que os moradores das redondezas fossem intimados a manter limpas e preparadas as testadas de suas casas, devendo a Câmara aguardar incorporada a chegada do rei, pelas sete horas da manhã, no sítio de São Domingos. Baixou-se em conseqüência o seguinte edital: A Câmara desta Vila Real da Praia Grande e seu termo faz saber que havendo motivos para esperar que sua Majestade El Rei Nosso Senhor venha a honrar esta Vila com a sua Real presença, e sendo um dever de respeito e vassalagem preparar à passagem do *mesmo Augusto Senhor, ruas e caminhos limpos e decorados, convida a mesma Câmara a todos os habitantes desta Vila a que sem perda de tempo corram todos a limpar as testadas de suas casas, que conservarão sempre na maior limpeza possível em todo o tempo que sua Majestade se conservar nesta Vila, pena de proceder contra os mesmos na forma das posturas...*

O esgotamento de águas infectas, asseio dos currais, matadouros públicos, colocação de curtumes, depósitos de imundícies, animais solto, animais ferozes, extirpação de répteis, esgotamento de pântano, entre outras obras. Fica claro a prioridade no asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das populações naquela época como uma obrigação aos súditos para receber ao Rei. Tais termos de postura deliberada pela Câmara encontram-se hoje, consolidadas na Lei Orgânica da Cidade através do seu Código de Postura.

A prática hospitaleira da cidade de Niterói começa antes da chegada de D. João VI, em janeiro de 1816, nas bandas d'Além, o desembargador Manuel Pedro Gomes propôs ao rei a criação da Vila da Praia Grande, mencionando que muitas pessoas que para Niterói vinham, para convalescer ou passar temporadas.

Com a chegada das famílias de nobres advindo da corte, que acompanhavam D. João em varias incursões a cidade, a Câmara remete ao ministro do Império (Marquês de Caravelas), representação cujo teor fora aprovado na véspera, (agosto de 1819), pedindo ao imperador os melhoramentos de que necessitava a Vila da Praia Grande.

A Câmara da Vila Real da Praia Grande, “desejando quanto couber em suas forças promover e zelar, como lhe incumbe à lei, o bem geral dos povos debaixo de sua administração”, resolveu em sessão de 11 e 12 do corrente levar à Augusta Presença de Sua Majestade o imperador pelo intermédio de V. Exa. a seguinte Representação:

Tendo sido, Exmo. Sr., e continuando a ser mui progressivo o aumento da população desta Vila, não só pela existência dos individuos que nela têm vindo se domiciliar e estabelecer, como pelo crescido número de famílias da Corte e outros lugares que nela vem residir temporariamente por motivo de saúde e mesmo de gozarem da amenidade do local e pureza de sua atmosfera, todavia está a mesma Vila falta das duas mais essenciaes providências para segurança, abastecimento e bem-estar de seus habitantes e hóspedes. A primeira destas providências é a que deve superar a suma mesquinhez de água potável, sobre o que a Câmara não tem podido prover como pede a necessidade pública, pela bem conhecida causa da falta de meios, visto existir seu patrimônio falido, donde possa extrair o necessário numerário para tão grande obra, como o encanamento da água que deve vir fertilizar a vila. E como é tanta a referida mesquinhez que a pobreza, que a não pode mandar ou ir buscar a lugares remotos e a alguns dos quais a custo duns tantos réis por barril, se vê obrigada a beber e servir-se d'água encharcada e de poços pela maior parte envenenados, o que só pode cooperar para o detrimento de sua saúde. A segunda é que deve tornar mais profícuo o policiamento da Vila, a que falta a necessária força militar que a possa obstar dos freqüentes assassínios, roubos

e desordens aqui praticados, por isso que o noviciado da instituição dos juizes de paz, alias tão louvável e justa, não pôde ainda preencher o fim para que foi criada, e porque é insuficiente o destacamento de 19 praças milicianos, que além de não serem soldados de profissão, causam, ao ver desta Câmara, dois males palpáveis. O primeiro, que afeta geralmente a Nação, pela paga de mais esse soldo a homens que, não podendo subsistir deles, fazem grande falta à lavoura, tão interessante à mesma Nação; e o segundo que afeta particularmente a esses milicianos, pelo abandono em que deixam suas casas e famílias, privações que sofrem e incalculável mingua em seus interesses. Portanto, Exmo. Sr., a Câmara recorre à alta e paternal munificência de S. M. o imperador, para que atentas as razões expendidas, se digne conceder-lhe para o primeiro caso seis loterias para com a receita delas dar princípio e ver se leva ao fim tão útil e necessária obra, já projetada e modelada, e juntamente o arranjo do cemitério. E para o segundo um destacamento mensal de 40 homens da tropa de linha à disposição da mesma Câmara, com cuja força possa fornecer ao juiz de paz os necessários auxílios, em casos precisos, sendo estes os meios de se fazerem respeitar (por ora) as autoridades constituídas, na observância da sábia lei que nos rege. A Câmara confia muito na intervenção de V. Exa em fazer chegar à augusta presença de Sua Majestade Imperial a presente representação (Livro de Ofícios, pág. 26. Arquivo da Câmara Municipal de Niterói).

Estas melhoras contribuem na mudança da cidade pela qualidade dos cidadãos e dos visitantes, liderados pelo presidente da câmara dos vereadores, o Sr. Manuel de Frias. A Câmara responde ao ofício circular de 14 de novembro do presidente da província, Aureliano Coutinho, enumerando as necessidades que julgava prioritárias para o município:

“Em solução ao que por V. Exa. foi determinado na portaria de 14 de novembro último, a Câmara Municipal desta Imperial Cidade tem a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. a seguinte exposição, contendo a enumeração das obras que são necessárias neste município. Não se mencionam todas, porque não só o espaço de tempo que se lhe deu foi limitado, como porque a Câmara julga que, realizadas as aqui mencionadas, se poderá ir então cuidado em outras, se bem que precisas, não de tanta urgência. O aumento de água potável, que abasteça os habitantes desta capital, é, ao ver da Câmara, uma das primeiras e das mais urgentes necessidades do município, visto a excassez da que existe encanada. Um aqueduto que aproveite as águas ou do Rio denominado Calimbá, ou do da Vicência, desde suas nascentes, seria suficiente para esse fim. Uma Praça para mercado, no lugar em que se acha marcada, na planta da cidade. Um cais que borde todo o litoral desta cidade. O calçamento das principais ruas e o aterro das interiores. Estas obras tornam-se já indispensáveis, pelo crescimento da população desta capital e afluência de pessoas de fora que a ela concorrem, não só por seus negócios, como convidados por sua amenidade. Conquanto não seja municipal, a estrada que desta cidade segue para o município de Itaboraí

e os outros do centro da província, e que passe pela freguesia de São Gonçalo, contudo a Câmara reconhece a urgentíssima necessidade de ser ela levada ao estado de perfeição de que é suscetível, principalmente entre Santana e Maruí, ou Barreto. O aterro pelo lado direito dessa estrada, ou aterro e uma ponte pelo lado esquerdo, chamado o da Maré, põem os inúmeros passageiros que por aí transitam ao abrigo das inundações causadas pela invasão do mar, nas ocasiões de marés cheias. Não é menos urgente, é antes, ao ver da Câmara, da mais fácil intuição, a necessidade de uma Casa de Caridade nesta capital, onde sejam tratados os doentes necessitados deste município, certamente muito mais populoso do que alguns que são dotados com semelhantes estabelecimentos. Uma praça na freguesia de Itaipu, em frente à matriz, desde o fundo da igreja até a marinha, com a largura de cem braças, mais ou menos, em todo o seu prolongamento, é da mais extrema necessidade, além da grande utilidade que daí resulta ao público e ao aformoseamento daquele lugar. A desapropriação, pois, do terreno respectivo, de que é proprietário João Pinto de Lacerda, é uma medida que a Câmara reclama, tanto mais urgente se torna a referida desapropriação quanto é certo existir em parte desse terreno uma lagoinha, que com suas águas estagnadas muito infecta aquele lugar e torna-se a causa do desenvolvimento de febres diversas que bastante flagelam os respectivos habitantes. A Câmara já solicitou da Assembléia Legislativa desta província gratificação para um engenheiro que tenha a seu cargo os arruamentos e nivelamentos dos edifícios desta cidade, e a quem a Câmara incumba as muitas diligências que é obrigada a mandar fazer. Tal necessidade é crescente todos os dias e muito mais depois que se levantou a nova planta da Cidade e para cujo desenvolvimento e execução não bastam os conhecimentos práticos de um artista, ainda que hábil seja. Portanto, a Câmara reitera esse pedido. Manuel de Frias e Vasconcelos, Bento José Martins, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Alexandre Moreira de Souza Requião, Maximiano Antônio de Azevedo e Silva” (Livro de Offícios, pag. 16, Arquivo da Câmara Municipal de Niterói).

Em 1822 o Brasil torna-se independente de Portugal. O Imperador, Dom Pedro I, abdica de seu trono em 1831, para lutar pelo trono português. De 1831 a 1840 o Brasil é governado por regentes, já que o herdeiro da coroa, Dom Pedro II, é menor de idade.

Automaticamente, por ser a nova capital, a Vila da Praia Grande estaria elevada à condição de cidade. No entanto, a Assembléia houve por bem estabelecer essa nova condição em decreto especial e, em 28 de março de 1835, foi assinada a [Carta de Lei nº6](#), que estabeleceu que a antiga Vila Real da Praia Grande passaria a chamar-se Nictheroy (água escondida em tupi-guarani), nome sugerido por Joaquim Francisco Viana, Senador nos períodos legislativos do Império e Ministro da Fazenda, na República.

Em 22 de agosto de 1841, através do [Decreto nº 93](#), Niterói recebe seu segundo título de nobreza, passando a ser “Imperial Cidade”. O jovem imperador, Dom Pedro II, demonstrou sempre certo apreço pela cidade, visitando-a várias vezes,

tanto para assistir peças no Teatro Santa Teresa; atual Teatro Municipal João Caetano; quanto para participar de cerimônias e inaugurações. Em 1845 inaugurou o Chafariz da Memória, na atual Praça do Rink; em 1854 a Matriz de São João Batista, mais tarde catedral. Também foi inaugurado pelo Imperador o Asilo Santa Leopoldina, mais tarde transferido para Icaraí. Na ocasião, Dom Pedro doou cinco contos de réis ao asilo e, mesmo durante a República, no exílio, a família imperial continuou contribuindo com o asilo.

A República trouxe com ela momentos dramáticos para Niterói: a Revolta da Armada e a transferência da capital em caráter de urgência para Petrópolis. Em 1900, por ocasião dos festejos do quarto centenário do descobrimento do Brasil, é inaugurado o monumento a Nossa Senhora Auxiliadora, no alto do morro, em Santa Rosa.

Em 1902 a Assembléia Legislativa solicita ao presidente do Estado, Quintino Bocaiuva que estabeleça, novamente, a capital em Niterói. Em 04 de agosto o governo declara que Niterói volta a ser capital e autoriza o governo a transferir as repartições públicas o mais breve possível. A instalação definitiva do governo em Niterói dá-se, por fim, em 20 de junho de 1903.

Em 22 de março de 1904, instalando-se a nova legislatura com a posse da primeira Câmara eleita após a criação da Prefeitura. Assumiu interinamente a presidência Tavares de Macedo, presentes os vereadores Carolino Leoni Ramos, Luís Carlos Fróes da Cruz, Otávio Kelly, Gregório Dutra, Miguel Mateus Ferreira, Francisco Xavier da Silva Guimarães, Irênio Pinto de Araújo Correia e José Ferreira de Aguiar. Empossaram-se igualmente os juízes de paz Mário Viana, Luís Gonçalves Pêssego e Júlio Ribeiro Sobral, do 1º distrito; Alfredo Franco e Aristides Vieira, do 3º; Alfredo Aguiar e Ludovico Reinier, do 4º; Vitorino Schlukebier, Artur Mexias e André Brás Chalhéo, do 5º; Raimundo Fróes da Cruz e José Jorge Vidal, do 6º. Procedendo-se à eleição da mesa definitiva foram escolhidos Fróes da Cruz para presidente, Tavares de Macedo para vice e Ferreira de Aguiar para secretário. A pedido de Tavares de Macedo nomeou-se uma comissão composta pelos vereadores Leoni Ramos, Gregório Dutra e Otávio Kelly para adaptar o Regimento da Câmara à nova Lei Orgânica do Município. Todos homenageados nos dias de hoje (2009) nas ruas e praças da cidade de Niterói.

O prefeito Paulo Alves compareceu para fazer a leitura de sua Mensagem, baseada em grandes projetos urbanísticos, com os quais pretendia conquistar a curto prazo o

desenvolvimento da antiga capital. Como novidade extraordinária falava na introdução do imposto de melhoria, na preservação da ecologia e meio ambiente⁴ e na exploração do turismo.

O primeiro Prefeito de Niterói, Paulo Pereira Alves (Janeiro a Novembro de 1904), foi o precursor de uma série de renovações urbanas, idealizador de uma imponente Avenida na Praia de Icaraí, “fundo de quintal das apalacetadas chácaras da Rua Moreira César” conforme figura 2, indo até São Francisco, e daí alcançando as Praias Oceânicas, pelo prolongamento da Estrada da Cachoeira. Essa avenida se destinava a implantação de hotéis, cassinos, praças de esportes e outros centros de lazer e diversão na Orla de Icaraí e São Francisco. Foi o primeiro prefeito a falar em proteção ao meio ambiente e exploração do potencial turístico de áreas como a Região Oceânica, que desejou ligar ao Centro e outros bairros (SOARES, 1992)



Figura 2 - Praia de Icaraí no início do século XX

Fonte: CDP FAN; UFF

Nada disso estava à altura da compreensão do comércio, que a pretexto de defender o município de irremediável endividamento, passou a hostilizar o prefeito. O jornalista Ricardo Barbosa foi talvez o único que percebeu o alcance do projeto administrativo de Paulo Alves, sobre o qual publicou longa série de artigos no diário “O Fluminense”, a partir de 31 de março de 1904, com o título de O Futuro de Niterói.

Abrindo a Mensagem, dizia o prefeito Paulo Alves:

⁴ A palavra ecologia surgira na Alemanha, citada pelo biólogo alemão **Ernest Haeckel** em **1850** e nunca fora ouvida entre as pessoas de Niterói.

“Aceitei este posto de sacrifícios e dissabores com o único desejo de associar-me à obra pesada e difícil, mas felizmente em franca vereda de sucesso, de ressurreição do Estado do Rio, em boa hora empreendida com decisão e sabedoria por seu ilustre presidente. Procurarei, na realização desse propósito, na parte confiada à minha iniciativa, seguir sempre o caminho largo do bem público, sejam quais forem as seduções ou os mandos da política, nem sempre justa e imparcial. E acrescentava: Os esforços que farei pelo engrandecimento desta cidade, cuja formosa natureza acalentou os meus primeiros anos de existência, terão a pureza e a sinceridade de quem só almeja resgatar, à força de dedicação e carinho, o desamor de uma ausência de trinta anos. Precisamos, porém, para completo triunfo, que esta laboriosa e digna população ponha em contribuição, para conseguir tudo quanto a cidade de Niterói carece de higiene, conformo e aformoseamento, a mesma disposição, a mesma tenacidade que empregou para reaver-lhe os foros de capital. Muitos sacrifícios serão, por certo, exigidos; mas a coerência e o justo orgulho do povo culto mandam não regateá-los.”

Antes de Paulo Alves, nunca se ouvira falar em aproveitamento das belezas naturais de Niterói e muito menos em hospitalidade e turismo, palavra que só viria a popularizar-se nos anos 30. Foram concepções dele, explanadas na Mensagem de 22 de março, a ligação do Saco de São Francisco com as praias oceânicas, melhoramento que só conquistar-se-ia em 1972, e a implantação da Estação Balneária de Icaraí, que esbarrou não só na falta de recursos como também nos intrincados novelos da burocracia. A idéia era construir na orla Icaraí - São Francisco um hotel cassino com capacidade para 200 hóspedes, um centro esportivo e uma série de bangalôs para venda a particulares, tudo isso apoiado num plano urbanístico que incluía o calçamento da Estrada Frões e a abertura de amplas avenidas ao longo das praias de Icaraí e São Francisco. A 20 de junho, Paulo Alves, submeteu à Câmara essa proposta, pretendendo que a própria Prefeitura realizasse as obras, com recursos do empréstimo que pretendia contrair. Frustrado o empréstimo, optou-se pela abertura de concorrência pública. A licitação teve lugar a 2 de abril de 1905, já na gestão do prefeito Pereira Nunes, contemplando-se uma proposta do engenheiro Raul Veiga.

Raul Veiga, que de 1918 a 1922 governaria o Estado do Rio, servira com Paulo Alves na Prefeitura de Niterói. É lícito supor que Raul Veiga representasse os interesses próprios, pois a ele, Paulo Alves transferiu os direitos à concessão do Balneário de Icaraí.

A 28 de dezembro de 1906, Paulo Alves passa a prefeitura e o projeto de implantação da Estação Balneária ao prefeito Leoni Ramos, que deixaria o cargo três dias

depois. Seu sucessor, João Pereira Ferraz, lavrou a 13 de abril de 1907 o contrato com Paulo Alves, que, todavia veio a falecer, sem dar início às obras⁵. Novas concorrências se realizaram, mas os vencedores não passavam de aventureiros que pretendiam apenas negociar a concessão, vindo o prefeito Feliciano Sodré a decretar em 1912 a caducidade do último contrato. Algumas das iniciativas previstas no plano da Estação Balneária foram se realizando, ao correr dos tempos. O prefeito João Pereira Ferraz abriu e pavimentou as avenidas ao longo das Praias das Flechas e Icaraí (conforme figura 3), em 1909.

No governo estadual de Raul Veiga os prefeitos Enéas de Castro, Bocaiúva Cunha e Cantidiano Rosa pavimentaram a Estrada Fróes e a prolongaram através da orla de São Francisco, Charitas, Preventório e Jurujuba, até a Fortaleza de Santa Cruz. O mesmo Raul Veiga insistiu na concorrência para implantação de um hotel-cassino em Icaraí⁶, mas este só iria surgir na paisagem em 1936, para extinguir-se melancolicamente dez anos depois, com a proibição do jogo no país.



Figura 3 - Praia das Flechas⁷

Fonte: CDP, FAN; UFF

⁵ Realiza-se na Prefeitura uma nova concorrência para implantação da Estação Balneária de Icaraí, saindo vencedora a proposta apresentada por José Carlos Fernandes Eiras, Asclepiades Jambeiro e Manuel Marques Leitão. O contrato foi firmado a 2 de junho mas as obras não começaram, tendo a concessão caducado em 1911.

⁶ Atual sede da Reitoria da Universidade Federal Fluminense.

⁷ Considerado na época um audacioso projeto. A ligação da Praia das Flechas com a Avenida Icaraí.

Em 15 de janeiro de 1912, o prefeito Feliciano Sodré autoriza abertura de nova concorrência para implantação da Estação Balneária de Icaraí, compreendendo a construção de três hotéis-cassinos, bares, cafés, ringue de patinação e outros empreendimentos turísticos na orla marítima, da Praia das Flechas até São Francisco. Nesta mesma época, a Câmara aprova projeto do vereador Acúrcio Torres autorizando a concessão de incentivos fiscais para construção de um hotel-cassino na praia de Icaraí.



Figura 4 – Hotel Imperial (1970)

Fonte: Fotografia Abílio Junior

A Companhia Cantareira inicia um programa de passeios turísticos pela Baía de Guanabara, saindo da estação das barcas de Niterói, com parada para almoço em Paquetá. A novidade terminou a 16 de maio (1912), quando a lancha que a empresa utilizava encalhou nas proximidades da Ilha do Governador.

O prefeito Enéas de Castro autoriza a Prefeitura a contratar com a empresa americana Pearson Corporation a execução de um audacioso projeto de reurbanização da cidade, compreendendo o asfaltamento das ruas centrais⁸, a construção de uma vila residencial nos terrenos do Campo Sujo⁹, a conclusão das redes de água e esgotos, a

⁸ Avenida Amaral Peixoto, Rua da Conceição e Estrada Fróes.

⁹ Em 1913, o Governador Oliveira Botelho e o Prefeito Feliciano Sodré adquiriram o terreno e projetaram “obras de embelezamento e urbanização”. O projeto, de autoria do arquiteto Emile Depuy Tessain auxiliado por Pedro Campofiorito, previa a

construção de um hotel de turismo na Zona Sul¹⁰, a implantação de nova empresa de barcas¹¹ e o aterro da orla marítima entre a Armação e o Gragoatá¹², onde seria construído o Porto de Niterói. O *Plano Pearson* (conforme foto da planta abaixo) redundou em completo fracasso e o contrato seria rescindido em 1922 pelo prefeito Bocaiúva Cunha, com grandes prejuízos para o cofre municipal.

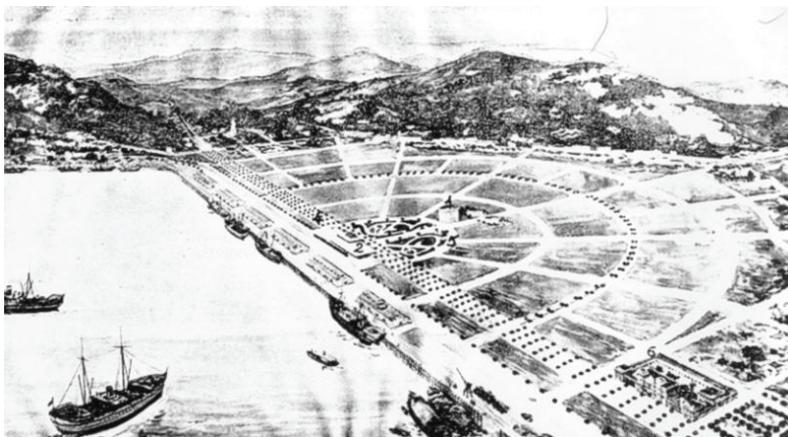


Figura 5 – Planta do Porto de Niterói

Fonte: CDP.FAN; UFF

Em 13 de agosto de 1923, inaugura-se no Rio de Janeiro o Copacabana Palace, na época o maior e mais luxuoso do país, galardão que conservou por mais de meio século. David Romagnoli inaugura o Excelsior Hotel, na esquina da rua Miguel de Frias com a praia de Icaraí. Faliu em poucos meses e a 2 de maio de 1924 foi a casa vendida em leilão. Demolida pelo novo proprietário, cedeu lugar ao palacete da família Urban,

construção de edifícios públicos em torno da praça, formando um grande “Centro Cívico”, composto pela Assembléia Legislativa, o Fórum, a Chefia de Polícia, o Tribunal de Justiça, a Escola Normal e a abertura de uma ampla avenida de ligação entre Marquês do Paraná e a Visconde do Rio Branco (que em 1954 foi concretizada e ganhou o nome de Av. Ernani do Amaral Peixoto). Com o desmonte de grande parte do parte do morro situado à esquerda da Rua Dr. Celestino, aterrou-se o antigo Campo Sujo e construiu-se a Praça D. Pedro II. Retirado do livro “Niterói Patrimônio Cultural”, editado pela SMC/ Niterói Livros em 2000.

10 Carcaça do Hotel existente na APA do Morro da Viração ao lado do Parque da Cidade.

11 Atual estação das Barcas da Praça Araribóia, Centro da cidade.

12 Atual Campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense.

que mais tarde abrigaria outro hotel, o Balneário. Este durou até 1936 e foi também demolido para construção do Cassino Icaraí, hoje sede da Reitoria da Universidade Federal Fluminense.

A exploração do turismo no Rio de Janeiro, iniciada nos anos 20, traz fluxos cada vez maiores de veranistas à região do Ingá e Icaraí. Niterói aproveitava-se do glamour de cidade hospitaleira. A Rua Antônio Parreiras era a mais concorrida pelos que procuravam os banhos de mar nas Praias Vermelha e da Boa Viagem, às quais servia como único acesso. Repetiam-se, porém, as reclamações, porque a embocadura do lado litorâneo terminava num desfiladeiro abrupto, que nem todos conseguiam transpor. Sobre esse precipício o prefeito Manuel Ribeiro de Almeida mandou fazer uma rampa, inaugurada a 15 de agosto de 1928.

Em sua mensagem diz: “A cavaleiro dessa rampa, na encosta do morro, constrói-se também um belvedere¹³ com instalações para bar, restaurante e balneário. Ganhando a concessão em concorrência pública o empresário Manuel Machado dos Santos, começando o estabelecimento a funcionar no dia 2 de dezembro deste ano”.

Entre 1939 e 1940 recebeu ordem de despejo, visto ter sido a área incluída no Plano de Remodelação e Reurbanização de Niterói, que já então previa a abertura da Avenida Litorânea¹⁴. Esse projeto ficou engavetado durante 40 anos, nesse ínterim sendo os terrenos loteados pela Companhia União Territorial Fluminense.

Tendo adquirido em fevereiro desse ano (1940) o remanescente da antiga Fazenda de Pendotiba, a Companhia Crédito Construtor lança o primeiro loteamento na área, denominado Vila Progresso. Prometia construir no local uma igreja, uma escola e bangalôs distribuídos entre alamedas arborizadas, chácaras e pomares. Apesar do baixo preço dos lotes¹⁵, pouca gente se interessou, achando que Pendotiba ficava do outro lado do mundo: não tinha bonde, não tinha água, e até lá só se chegava em lombo de burro ou cavalo, naquele, tempos antigos de raríssimos automóveis. Inicia-se a especulação imobiliária aproveitando-se da oportunidade em vender o acolhimento em condomínios. A empresa, só conseguiu implementar seu projeto no anos 1940, quando

13 Belvedere: (*dê*) *sm* (*ital belvedere*) Pequeno mirante, terraço em parte elevada, de onde se descortina vasto panorama. *Var: belver. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.*

14 Avenida onde está localizado o *Campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal Fluminense.

15 No valor de 30 mil reis.

o governador-interventor Amaral Peixoto deu início aos programas de incentivo ao turismo. Atualmente é o maior remanescente de área verde da cidade de Niterói, e compõe a Reserva Ecológica Darcy Ribeiro.

As regiões litorâneas passam a ser consideradas como áreas de expansão urbana, visando atender ao crescimento da cidade. Também, na década de 1940, foi elaborado o primeiro plano de urbanização de Niterói pelo Prefeito Brandão Júnior. Em 1944 foi encaminhado um ofício ao governo do Estado junto ao “Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga”, que apesar de não ter sido implantado, estimulou muitas empresas a investirem na região. Em 1945 foi aprovado o maior loteamento da época, “Cidade Balneária de Itaipu”, de propriedade da Cia. de Desenvolvimento Territorial, que por não ter analisado as características físicas locais, criou lotes, submersos na lagoa de Itaipu¹⁶. Outro loteamento importante surge em 1946, o “Vale Feliz”, com o parcelamento da primeira gleba da Fazenda do Engenho do Mato, grande área produtora de açúcar. Atualmente, os renascentes desta fazenda estão ocupados pela Fundação Leão XIII, ao sopé do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Houve um redirecionamento dos investimentos públicos na cidade, objetivando logicamente a expansão urbana regional e local, exigindo a adequação e ampliação da infra-estrutura básica existente, visando o crescimento do mercado imobiliário.

Em 1974, a Ponte Rio - Niterói intensificaria a produção imobiliária nas áreas centrais e bairros litorâneos consolidados da Zona Sul (Icaraí e Santa Rosa), além de redirecionar a ocupação para áreas expansivas da cidade, como a região Oceânica e área de Pendotiba. Neste mesmo período, a cidade sofreu outro impacto em sua estrutura econômico-urbanos: A lei complementar n.º 20 de 1974, efetivaria a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, retirando de Niterói a condição de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro. A implantação do *novo* Estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1975. A fusão trouxe esvaziamento econômico da cidade, situação que se modificou com a conclusão da Ponte Rio – Niterói.

As áreas loteadas na Região Oceânica em 1940 permaneceram, na sua grande maioria, desocupadas até 1970, quando foi construída a Ponte Rio – Niterói, acelerando o processo de urbanização do município e conseqüentemente da própria Região Oceânica. Baseando-se nisso, os acessos as áreas litorâneas foram melhorados (Estrada Velha de Itaipu), e foi realizada a urbanização de Piratininga.

¹⁶ Existentes até hoje.



Figura 6 – Praia de Piratininga (1960)

Fonte: Fotografo Abílio Júnior

O primeiro Prefeito pós-fusão nomeado foi Ronaldo Fabrício, que executou várias obras importantes na cidade, como alargamento e reurbanização da orla de São Francisco até o Preventório e da Praia de Piratininga, recuperação e reabertura da Estrada Velha de Itaipu, alargamento das ruas Marquês do Paraná, Paulo César e Avenida Jansen de Mello e criação do Parque da Cidade, além de elaborar o primeiro Plano Diretor da Cidade, não aprovado pela Câmara Municipal. Nessa época e criada a ENITUR – Empresa Niteroiense de Esporte, Lazer e Turismo, com a finalidade de dar suporte as comunidades na realização de eventos, esportes e lazer, entretanto o turismo da cidade não colocava-se como prioridade. Colocamos como marco na cidade o primeiro movimento para o Turismo de Base Comunitária ou Endógeno.

Em 1976 foi aprovado o “Plano Estrutural de Itaipu”, da Veplan Residência, substituindo parte do antigo Loteamento “Cidade Balneária de Itaipu”, (aprovado em 1945) e de propriedade da Itaipu Companhia de Desenvolvimento Territorial. O projeto previu o aterro das margens da lagoa de Itaipu, sendo marco do processo de transformação ambiental da área, e a abertura de um canal permanente de ligação entre o mar e a lagoa de Itaipu, para permitir o acesso de embarcações aos terrenos situados no interior da lagoa, o que modificaria o ecossistema.

A prefeitura é assumida no final dos anos 70 por Wellington Moreira Franco (1977-1981), época marcada por sucessivos Planos Urbanos (implantados ou não) que visa-

vam atender as necessidades reprimidas do município como: o túnel Raul Veiga (São Francisco - Icaraí) e a reurbanização de São Francisco, Charitas e Piratininga. Este prefeito determinou obras para abrir e pavimentar a Avenida Litorânea, entre o Graoatá e Boa Viagem. Dos planos idealizados destacam-se o Plano de Complementação Urbana – o Projeto Cura de 1977 – que não foi implantado totalmente, sendo apenas construídos os terminais rodoviários urbanos norte e sul, idealizado por Jaime Lerner (Arquiteto na época, depois prefeito de Curitiba e Governador do Paraná). Na mesma gestão foi executado o plano de Recuperação do Centro Comercial de Niterói (1979), atual Rua da Praia.

No início da década de 1980, surgiram os “loteamentos especiais” na Região Oceânica (hoje, condomínios caracterizados como naturais em nossa paisagem), baseados na deliberação n.º 2705 de 1970 da Câmara Municipal de Niterói, consistindo em condomínios fechados, apresentando como atrativo, a segurança e oferecendo um elevado padrão de qualidade habitacional e de infra-estrutura urbana, incentivando o aparecimento de vários projetos. Fatores que justificaram ser a região, dentre as do município, que mais cresceu demograficamente.

Na década de 1980, tem-se a aprovação de modificações no loteamento Jardim Fluminense, de comum acordo entre a Prefeitura de Niterói, a loteadora Planurbs S/A Planejamento e Urbanização e Araribóia Empreendimentos e Administração S/A, instalando o Parque Central da Cidade e uma Vila Olímpica, um parque de estacionamento, terminais rodoviários e um estacionamento de veículos automotores.

Os anos 90 se caracterizaram pela administração dos prefeitos Jorge Roberto Silveira (1989, 1997 e 2000) e João Sampaio (1993), que promoveram várias intervenções urbanísticas na Cidade. Em 1992, foi elaborado o Plano Diretor de Niterói, baseado na constituição de 1988, direcionando a criação de várias leis no município, como a de Uso e Ocupação do Solo (1995) e o Plano Urbanístico (Praias da Baía - 1995). Vários projetos e programas foram desenvolvidos nestas administrações, como o Médico de Família (1992) e Vida Nova no Morro (1990). A Revitalização do Centro englobou vários projetos como: a ampliação da Avenida Visconde de Rio Branco, Terminal Rodoviário João Goulart, Caminho Niemeyer (em andamento); a construção do Museu de Arte Contemporânea – MAC (1998); as restaurações do Teatro Municipal João Caetano (1994), Palácio Araribóia (em andamento), Igreja de São Lourenço dos Índios e

o Solar do Jambeiro; e ainda projetos voltados para o meio ambiente como a criação da Reserva Ecológica Darcy Ribeiro (1997); Agenda 21 local (paralisado); Reflorestamento de encostas (Paralisado); Parque da Cidade (finalizado); e o Zoneamento da Lagoa de Itaipu. Ocorre também a remodelação da ENITUR para NELTUR – Niterói Empresa de Esporte, Lazer e *Turismo*. Em 2004 o esporte e desmembrado da empresa – NELTUR. Que fica com a responsabilidade do Lazer e do Turismo, apenas.

Niterói, assim como muitos centros urbanos de hoje, sofreu modificações para sustentar seu espaço urbano, principalmente no que se refere à busca de melhor infraestrutura, com a abertura de vias de tráfego, e a qualidade de vida.

A caracterização do processo histórico de ocupação da cidade de Niterói se fez importante neste trabalho, por ser o processo de desenvolvimento da hospitalidade urbana. Niterói tem uma história semelhante à cidade vizinha do Rio de Janeiro, os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos de colonização brasileira (1573) situavam-se, principalmente, na faixa litorânea, por razões econômicas e militares ligados a defesa do litoral dos invasores estrangeiros, como franceses e holandeses.

CONCLUSÃO

No decorrer da história da cidade, a todo o momento, há construção da cidade para a hospitalidade de seus moradores e visitantes. O resgate histórico no propicia uma análise da construção da hospitalidade, com a chegada dos colonizadores “europeus portugueses” e o início da colonização, as regiões litorâneas por oferecerem pontos de observação e ser ponto de chegada e saída, com a instalação de portos, foi a primeira a sofrer com a degradação, principalmente com a retirada do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam).

Niterói abrigava em seu território diferentes ecossistemas naturais. A região que compreende a cidade de Niterói (Wehrs, 1984), era antes de tudo um “paraíso para reprodução da vida marinha”. Embora seu primeiro foco de civilização tenha sido fundado no Morro de São Lourenço, com a Aldeia de Araribóia, foram as áreas de planície os locais que mais impactos sofreram com as alterações feitas pelas intervenções antrópicas.

Desde a sua fundação (1573), da praia de Maruí até a ponta de Bananal em Itacoatiara, o litoral de Niterói teve que sofrer modificações para atender a malha urbana e principalmente à ocupação pela população (depois do advento da construção da ponte Rio - Niterói). Desta, a área que mais foi aterrada vai do Maruí até a ponta de Jurujuba, sendo a que apresenta maior índice de ocupação.

Para a cidade crescer, era necessário criar espaço, já que as maiores partes das terras ficavam nas áreas elevadas e as terras baixas sofriam com a periodicidade da maré. Com a chegada dos portugueses, a região com seus ecossistemas naturais, sendo este composto por vegetação de mangues (que ocupava desde a enseada de São Lourenço, até o final da Praia Grande) e restingas (que compreendia de Icaraí até a área das lagunas), além da Mata Atlântica que recobria as encostas das montanhas e as ilhas encontradas no litoral.

A alternativa era o aterro, que além de produzir uma orla completamente artificializada em 1940 (com poucas exceções, pois muitas praias tiveram sua faixa de areia reduzida e outras ainda desapareceram por completo, como a praia vermelha, atual sede da Geociência da UFF), levou à canalização dos rios que passam pela cidade, que posteriormente passaram a servir como rede de esgoto, constituindo-se em verdadeiras línguas negras no final do curso (os rios da Região Oceânica embora não tenham passado pelo processo de canalização, são usados intensificadamente como rede de esgoto, além de abrigar na sua área marginal uma serie de construções irregulares).

Niterói pode retomar a particularidade de ser um destino relevante de destaque para o turismo no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Nesta procura do cliente pela verdadeira identidade do sitio que combinam autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados, Niterói precisa avançar na implantação de suas Unidades de Conservação e no resgate do patrimônio histórico-cultural, para a população local. O turismo pode funcionar como forma de manter estes espaços conservados.

Com o advento da ponte Rio - Niterói, a cidade teve uma mudança que atingiu não somente o processo turístico receptivo mas a ocupação territorial da cidade de Niterói. A cidade passa a crescer para o seu interior, há uma preocupação em melhorar a sua infra-estrutura, ocorrendo o estrangulamento das duas lagoas da cidade, o avanço nas áreas verdes da cidade nos últimos 40 anos e decréscimo da cultura hospitaleira (2009 – 1970).

Após esta exploração preliminar da história de Niterói, temos o reconhecimento de Yazigi (2001) pela personalidade do lugar em se apoiar num amplo conjunto de identidades. E na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, tanto para entender os problemas como para tentar resolvê-los (Santos 2008):

A cidade é um sistema de signos, um vocabulário dominado pelo cidadão. Os lugares vivos constituem referências para a memória e as culturas locais. É essencial o cultivo da memória urbana. O historiador, o poeta, o músico fazem do todo e dos fragmentos da cidade o foco da organização de lembranças e da liberação de emoções. A emoção impregna o meio ambiente popular urbano. A cidade é um composto de pedras e tijolos acumulados, e de costumes e afetos praticados pela população urbana.

A cidade retoma seus espaços não como signos vazios, apenas relatados na historiografia, mas como algo vivo, sempre em uso, lugares de confluências das memórias passadas e, sobretudo, das prospecções futuras. Nestes 290 anos, da visita de Dom João VI a cidade de Niterói (1819) até os dias de 2009, a verdadeira vocação da cidade parece estar cada vez mais sinalizada: O Turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Livros de Ofícios*. Niterói, pesquisa realizada em 2008.

BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. BARRETTO, Margarida (orgs). *Turismo e identidade Local: Uma visão antropológica*, Campinas, SP: Papirus, 2001.

BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

FOTOS DO ACERVO DA FUNDAÇÃO DE ARTES DE NITERÓI, *Projeto CDP-FAN: referem-se a paisagens, personalidades e acontecimentos da história da cidade*. Acesso em 12/11/2008. Disponível em: <http://www.cdp-fan.niteroi.rj.gov.br>

EIGENHEER, Emilio. MACEDO SOARES, Emmanoel de. *Subsídios à História da Limpeza Urbana de Niterói – Centro de Informação sobre Resíduos Sólidos/UFF, Niterói – RJ, 2006.*

- FORTE, José Mattoso Maia. *Notas para a História de Niterói*. Niterói: INDC, 1973.
- GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, *Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional / Milton Santos* - 5º Ed. – São Paulo: Edusp, 2008.
- SOARES, Emmanoel de Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói: Edit. e Dist. Êxito, 1992.
- SOARES, Emmanoel de. *Dicionário Histórico e Biográfico Fluminense*. Niterói: arquivo digital do próprio autor, 2008.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Da vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*, Niterói, Niterói Livros – Fundação Niteroiense de Arte, 2º Ed, 1993.
- WEHRS, Carlos. *Niterói Cidade-Sorriso: a História de um Lugar*. Rio de Janeiro: Editora Vida Doméstica, 1984.

Artigo recebido em 01 de março de 2011

Aprovado para publicação em 18 de abril de 2011